



SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 97/04E EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2003

O **MUNICÍPIO DE ITAPEMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 82.572.207/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Rodrigo Costa, doravante denominado **CONCEDENTE**; e de outro lado a empresa **COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.220.197/0001-50, com sede estabelecida à Avenida Nereu Ramos, nº 3.099, Loja 14, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seus representantes legais Srs. **MARIO VIEIRA MARCONDES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.031.812, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob o nº 468.989.729-87, residente e domiciliado na Rua Jurutês, 160, Bairro Vivendas do Arvoredo, na cidade de Londrina, Estado do Paraná e **TIAGO RAMOS EYNG**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.266.233, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob o nº 020.058.709-94, residente e domiciliado na Rua 303, 154, Meia Praia, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**.

CONSIDERANDO QUE:

- a) Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no perímetro urbano do Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, são prestados exclusivamente pela empresa Concessionária Companhia Águas de Itapema, conforme Concessão nº 97/04, pelo prazo de 25 anos, contados a partir de 08 de julho de 2004;
- b) Os serviços vêm sendo prestados de forma adequada, obedecendo a legislação e as normas técnicas aplicáveis à época, empregando e gerindo os recursos financeiros necessários à prestação do serviço, cumprindo as determinações do Contrato de Concessão nº 97/04, em especial às obrigações da Cláusula 9ª do Contrato de Concessão;
- c) Após a formalização do Contrato de Concessão nº 97/04, em 08 de julho de 2004, foi aprovada a Lei nº 3369/2014, que estabeleceu o Plano Municipal de Saneamento Básico;
- d) No período 08 de julho de 2004 a 31 de julho de 2015 além das novas exigências impostas pela legislação e órgãos ambientais, diversas situações inesperadas e não motivadas pela Concessionária, impactaram no Contrato de



Concessão nº 97/04, alterando os custos de administração e execução dos serviços, acarretando e, portanto, impondo modificações no equilíbrio econômico – financeiro do mesmo, ao impor esta Concessionária novos e maiores investimentos, os quais já foram apresentados e aprovados pelo Poder Concedente e que implicam na desproporcionalidade dos custos inicialmente prevista;

- e) Torna-se imperiosa e assegurada constitucionalmente a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão nº 97/04, visando restabelecer a relação que as Partes pactuaram inicialmente;
- f) O reequilíbrio econômico-financeiro é expressamente assegurado no Contrato de Concessão nº 97/04, bem como na legislação vigente brasileira (art. 65, d, Lei nº 8.666/1993; Art. 9º, § 2º, Lei nº 8987/1995, Art. 37. XXI, Constituição Federal), e Art. 38, II, Lei nº 11.445/2007;
- g) As Partes buscaram em conjunto meios para implementar as novas determinações constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico e impossibilitar que os usuários, as finanças públicas e a Concessionária tenham prejuízos ou lesões, definindo a necessidade de revisão contratual e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, mediante a alteração da Tarifa Básica e ampliação do prazo de vigência do Contrato, atendendo ao Princípio da Modicidade;
- h) Algumas implementações decorrentes do PMSB- Plano Municipal de Saneamento Básico não serão realizadas (Adutora de Água Bruta do Rio Tijucas e Emissário Submarino) antes de um estudo técnico de viabilidade. Foi constatado pelas Partes que a sua realização e inclusão no Contrato de Concessão nº 97/04 acarretaria, neste momento, em prejuízos e lesões ao Poder Concedente, bem como aos usuários, de modo que a alteração da tarifa seria muito superior ao ajustado e não poderia ser sustentada pelos usuários;
- i) O procedimento de revisão contratual foi conduzido pelo Poder Concedente, por recomendação da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, mediante a análise do *"Estudo de revisão tarifária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Itapema, que exige a adequação do contrato de concessão, para atendimento à legislação vigente, às normas de regulação, às condições de mercado e ao Plano Municipal de Saneamento Básico"* constante no Processo Administrativo sob Nº 119/2015, que registra os ajustes necessários para formalização do presente instrumento;



- j) Em razão das questões supracitadas as Partes resolvem formalizar o presente Termo Aditivo, que tem como objeto a inclusão no Contrato de Concessão nº 97/04 dos novos investimentos, obras e implantações decorrentes do Plano Municipal de Saneamento Básico de Itapema, aprovado em julho de 2014, bem como a manutenção do equilíbrio econômico do Contrato;

RESOLVEM as Partes firmar o SEGUNDO TERMO ADITIVO ("Aditivo") ao Contrato de Concessão nº 97/04, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS

- 1.1.** Ajustam as Partes que, em conformidade com as determinações constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico de Itapema, instituído pela Lei 3369/2014, e visando ampliar ou melhorar os atuais sistemas e projetos, a Concessionária realizará, no período de agosto de 2015 a agosto de 2044, as obras e serviços detalhados e descritos no Anexo I ao presente instrumento, que é assinado pelas Partes e faz parte integrante deste Termo Aditivo.
- 1.2.** Em razão do Princípio da Modicidade Tarifária, bem como visando impossibilitar prejuízos e lesões às finanças da Concedente e dos usuários, fica ajustado entre as Partes que serão realizados no Município de Itapema estudos técnicos e ambientais preliminares para os seguintes sistemas e implantações previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico, previamente à execução de obras de implantação: a) emissário submarino para lançar no mar os efluentes tratados na ETE Morretes; b) captação de água bruta no Rio Tijucas.
- 1.2.1.** Todavia, as Partes comprometem-se a avaliar posteriormente eventuais soluções técnicas para a implantação dos referidos projetos, sendo que estes projetos deverão ser precedidos de amplas discussões com entidades ou lideranças representativas da sociedade civil organizada do Município de Itapema, Santa Catarina.
- 1.3.** Para a implantação das obras e projetos descritos no Anexo I, a Concedente e a Concessionária declaram estar cientes e de acordo que será investido, até o ano de 2044 (dois mil e quarenta e quatro), ano 40 (quarenta) da concessão, o montante total de **R\$503.841.138 (quinhentos e três milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e trinta e oito reais)**, sendo R\$149.909.881 (cento e quarenta e nove milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais) para o Sistema de Abastecimento de Água e R\$353.931.257 (trezentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais) para o Sistema de Esgotamento Sanitário. O referido valor será utilizado para desenvolvimento dos projetos e obras descritas no Descritivo de



Obras e Plano de Investimentos, previstos respectivamente nos Anexo I e Anexo II, limitado aos sistemas abaixo:

1.3.1. Sistema de Abastecimento de Água:

As Partes ajustam que será realizado um investimento global no Sistema de Abastecimento de Água de R\$149.909.881 (cento e quarenta e nove milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais), que será efetuado da seguinte forma:

1.3.1.1. Reservação/Acumulação de Água Bruta:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Reservação/Acumulação de Água Bruta: a) Melhorias e aumento da capacidade de reservação das lagoas de água bruta, totalizando 500.000 m³; b) Execução de represa em afluente do Rio Perequê para acumular 1.750.000 m³ de água bruta - garantir adicional de 350 l/s durante o verão.

1.3.1.2. Sistema de Adução de Água Bruta:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Adução de Água Bruta: a) Implantação de adutora de água bruta em ferro fundido com DN 600 mm e L= 1.600m;

1.3.1.3. Sistema de Tratamento de Água:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Tratamento de Água: a) Melhorias nas ETA's existentes; b) Substituição de componentes das ETA's (bombas, dosadores químicos, quadros de comandos, entre outros); c) Ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Tratada em 225 l/s.

1.3.1.4. Sistema de Abastecimento de Água Geral

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Abastecimento de Água Geral: a) Estudo de concepção e projeto básico para a captação e adução de água bruta do Rio Tijucas; b) Caminhão valetadeira com basculante; c) Veículos, Utilitários e Motos.

1.3.1.5. Sistema de Recalque de Água Bruta:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Recalque de Água Bruta: a) Implantação de recalque de água bruta (2 conjuntos moto bomba de 150 cv cada) para atender a nova adutora de água bruta; b) Implantação de recalque de água bruta (2 conjuntos moto bomba de 150 cv cada).



1.3.1.6. Sistema de Reservação de Água Tratada:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Reservação de Água Tratada: a) Implantação de reservatório(s) com volume total de 7.000 m³; b) Implantação de reservatório(s) com volume total de 4.000 m³; c) Implantação de reservatório(s) com volume total de 5.000 m³.

1.3.1.7. Sistema de Recalque de Água Tratada:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Recalque de Água Tratada: a) Implantação de recalque de água tratada com potência total de 400 cv, para atender a nova adutora a ser instalada no Bairro Meia Praia; b) Implantação de recalque de água tratada com potência total de 150 cv, para atender a adutora que fechará o anel do Bairro Meia Praia; c) Implantação de recalque de água tratada com potência total de 210 cv, para atender os reservatórios a serem implantados no Morro do Feijó; d) Substituição de componentes de recalque; e) Implantação de recalque de água tratada com potência total de 480 cv, para atender a adutora que abastecerá o Bairro Centro; f) Implantação de recalque de água tratada com potência total de 270 cv, para atender a adutora implantada na Marginal Oeste; g) Implantação de recalque de água tratada com potência total de 280 cv, para atender a adutora do anel de distribuição dos bairros Várzea, Casa Branca e Alto São Bento.

1.3.1.8. Sistema de Adução de Água Tratada

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Adução de Água Tratada: a) Implantação de adutora de água tratada com DN 400 mm e L= 4.500 m - no Bairro Meia Praia; b) Implantação de adutora de água tratada com DN 400 mm e L= 2.000 m, para fechar anel de adução de água tratada no Bairro Meia Praia; c) Implantação de adutora de água tratada com DN 400 mm e L=1.000 m, para atender os reservatórios a serem instalados no Morro do Feijó; d) Implantação de adutora de água tratada com DN 300 mm e L= 7.000 m - para atender o Bairro Centro; e) Implantação de adutora de água tratada com DN 250 mm e L= 3.700 m, na marginal oeste da BR- 101, atendendo os bairros Tabuleiro dos Oliveiras, Várzea, Casa Branca, Alto São Bento e Sertãozinho; f) Implantação de adutora de água tratada com DN 250 mm e L= 4.000 m, criando um anel de distribuição nos bairros Várzea, Casa Branca e Alto São Bento.



1.3.1.9. Sistema de Distribuição de Água Tratada

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Distribuição de Água Tratada: a) Incremento da rede de abastecimento de água (6.784 m); b) Substituição de rede precária (11.365 metros); c) Investimento em ligações com hidrômetro para atendimento do crescimento vegetativo (2.063 novos hidrômetros); d) Substituição de hidrômetros (trocar 7.849 hidrômetros); e) Substituição de ramais precários (217 ramais); f) Implementação e estruturação de programa de controle de perdas; g) Setorização do SAA; h) Incremento da rede de abastecimento de água (17.952 m) i) Substituição de rede precária (3.247 metros); j) Investimento em ligações com hidrômetro para atendimento do crescimento vegetativo (5.459 novos hidrômetros); k) Substituição de hidrômetros (trocar 21.845 hidrômetros); l) Substituição de ramais precários (637 ramais); m) Incremento da rede de abastecimento de água (30.800 m); n) Substituição de rede precária (5.126 metros); o) Investimento em ligações com hidrômetro para atendimento do crescimento vegetativo (9.366 novos hidrômetros); p) Substituição de hidrômetros (trocar 45.661 hidrômetros); q) Substituição de ramais precários (1.280 ramais); r) Incremento da rede de abastecimento de água (57.573 metros); s) Substituição de rede precária (9.006 m); t) Investimento em ligações com hidrômetro para atendimento do crescimento vegetativo (17.507 novos hidrômetros); u) Substituição de hidrômetros (trocar 106.496 hidrômetros); v) Substituição de ramais precários (2.922 ramais,).

1.3.1.10. As Partes ajustam que também serão realizadas as seguintes medidas: a) Implantação de macromedidores nas adutoras de água tratada; b) Implantação de programa de manutenção periódica; c) Elaboração de cadastro georreferenciado do SAA; d) Implantação de um banco de dados com informações sobre as reclamações e solicitações de serviços; e) Investimento em automação e telemetria no SAA; f) Adequação documental para licenças ambientais das ETA's e outorgas; g) Elaboração de campanhas periódicas e atividades com a participação da comunidade; h) Monitoramento de Água Bruta e Tratada.

1.3.2. Sistema de Esgotamento Sanitário:

As Partes ajustam que será realizado um investimento global no Sistema de Esgotamento Sanitário de R\$353.931.257 (trezentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais), que será efetuado da seguinte forma:



1.3.2.1. Sistema de Tratamento de Esgoto – Estação de Tratamento de Esgoto – ETE: Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Tratamento de Esgoto – Estação de Tratamento de Esgoto – ETE: a) Projeto Executivo e Licenciamento Ambiental para implantação/ampliação de ETE; b) Ampliação do sistema de tratamento; c) Realizar o monitoramento do efluente (bruto e tratado), como também, o monitoramento do corpo receptor.

1.3.2.2. Sistema de Coleta de Esgoto: Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para o Sistema de Coleta de Esgoto: a) Implantação de rede coletora de esgoto, interceptores, emissários, linhas de recalque e acessórios de rede na área urbana; b) Elevatórias 205 (ampliação); 133 (ampliação); Final Morretes.

1.3.2.3. Ligações Prediais:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes obras e medidas para as Ligações Prediais: a) Execução das ligações prediais de esgoto na área urbana.

1.3.2.4. Cadastro Georreferenciado do Sistema de Esgotamento Sanitário:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes medidas para obtenção do Cadastro Georreferenciado do Sistema de Esgotamento Sanitário: a) Elaboração de cadastro georreferenciado do sistema público de esgotamento sanitário; b) Manutenção de cadastro georreferenciado do sistema público de esgotamento sanitário.

1.3.2.5. Fiscalização:

Definem as Partes que serão realizadas as seguintes medidas para condução das fiscalizações: a) Fiscalização da ligação das economias à rede coletora de esgoto existente na área urbana - nos locais onde já existe a disponibilidade do serviço.

- 1.4.** As especificações e detalhamento dos investimentos indicados acima, bem como cronogramas aplicáveis, estão fixados no Anexo I, o qual é assinado pelas Partes e faz parte integrante do presente instrumento de termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 2.** Em razão dos investimentos que serão realizados pela Concessionária para execução e conclusão das obras determinadas na Cláusula Primeira e Anexo I, buscando impossibilitar lesões às finanças públicas e aos usuários, as Partes



ajustam a necessidade da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão nº 97/04, mediante a aplicação das seguintes medidas e adequações:

- Revisão das Estruturas Tarifárias;
- Ampliação do prazo do Contrato de Concessão nº 97/04, em consonância com o que estabelece o PMSB, visando o respeito ao princípio da modicidade tarifária.

2.1. Em razão das alterações acima indicadas, as quais serão detalhadas abaixo, a Concessionária compromete-se a tomar todas as medidas necessárias para dar ciência aos usuários das novas tarifas aplicáveis, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme art. 39, da Lei nº 11.445/2007.

2.2. REVISÃO DA ESTRUTURA TARIFÁRIA

2.2.1. Ajustam as Partes que, em conformidade com o Art. 38, II, §1.º Lei nº 11.445/2007 e §2º da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão nº 97/04 que prevê a possibilidade de revisão da tarifa, fica estabelecida a Estrutura Tarifária constante no ANEXO IIIe que irá remunerar a Concessionária mediante a Tarifa Básica de Disponibilidade da Capacidade Operacional (TBDCO) e cobrança dos m³ efetivamente consumidos pelos usuários, e mais 15 (quinze) anos do prazo de vigência do Contrato de Concessão nº 97/04 que se findará em 2044, conforme definido no Procedimento Administrativo n.º 119/2015, e de acordo com as determinações constantes no item 2.3. deste termo.

2.2.1.1. As Partes determinam que a execução de serviços, estipulados na Tabela de Prestação de Serviços constante no Anexo 8 do Edital de Concorrência Pública nº004/2003, passa a ser cobrada com estabelece o Anexo IV deste instrumento.

2.2.2. Fica estabelecido que a nova Estrutura Tarifária para os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto a serem praticados pela Concessionária, no município de Itapema, nos termos da legislação em vigor, será fixada de acordo com ANEXO III.

2.2.3. A Estrutura Tarifária supracitada e detalhada no Anexo III passa a ser aplicada a partir do dia 01.01.2016.

2.2.4. Ainda, as Partes pactuam que passam a ser aplicadas as determinações constantes no Regulamento de Serviços aprovado pela ARIS, devendo portanto serem observadas pela Concessionária as determinações constantes no mesmo



para realização de medição e outros procedimentos indicados no referido documento.

2.3. AUMENTO DO PRAZO CONTRATUAL

- 2.3.1.** Ainda, em conformidade com o descrito no item 2.2.1. e visando recompor e manter o equilíbrio econômico - financeiro do Contrato de Concessão nº 97/04, como forma de medida necessária a impossibilitar lesões às finanças públicas e aos usuários, em decorrência da realização dos investimentos pela Concessionária e execução de obras no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área urbana do Município de Itapema, ajustam as Partes que o prazo de vigência anteriormente estabelecido será ampliado por mais 15 (quinze) anos, para até 30 (trinta) de junho de 2044 (dois mil e quarenta e quatro).

CLÁUSULA TERCEIRA – DELEGAÇÃO DA ARIS

- 3.** Em decorrência da Lei nº 3218 de 02 de setembro de 2013 que autoriza o ingresso do Município de Itapema, Poder Concedente, no consórcio público denominado ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, as Partes declaram estar cientes e de acordo que a regulação, controle e fiscalização das concessões públicas e do Contrato de Concessão nº 97/04, serão executadas pela ARIS.
- 3.1.** O Poder Concedente e a Concessionária declaram ter dado ciência à ARIS da integra deste aditivo em atendimento a recomendação deste ente regulador como consta no Processo Administrativo Nº 119/2015 da ARIS.

CLAUSULA QUARTA – ANEXOS

- 4.** Faz parte integrante deste instrumento os seguintes Anexos, os quais são devidamente assinados pelas Partes:
- Anexo I - Descritivos de Obras, Plano de Investimentos e Cronogramas das Obras e Serviços e Quadro de Receitas Mensais
 - Anexo II – Matriz de Risco
 - Anexo III – Estrutura Tarifária
 - Anexo IV – Tabela de Serviços 2016
- 4.1.** Os referidos documentos substituem todo e qualquer outro plano de investimentos e obras anteriormente relacionados à concessão e as obras aqui descritas.
- 4.2.** Os anexos supracitados foram devidamente aprovados pelo Poder Concedente seguindo os estudos realizados pela ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento.



CLÁUSULA QUINTA – MATRIZ DE RISCO

5. Ajustam as Partes que o valor global dos investimentos descritos na cláusula 1.3 do presente instrumentonão sofrerá alterações, sendo que, para maior eficiência da execução do presente instrumento, o Poder Concedente e a Concessionária assumem tão somente os riscos descritos no Anexo II – Matriz de Riscos.

5.1. Todavia, na ocorrência de casos não estipulados no Anexo II, sendo necessário que a Concessionária venha a arcar com eventos não previstos anteriormente como de sua responsabilidade, estes valores dispendidos deverão ser adicionados ao valor global do Contrato, visando manter o seu equilíbrio econômico – financeiro, conforme determinado no artigo 10, Lei nº 8.987/1995.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE DAS TARIFAS

6. Ajustam as Partes que as tarifas aplicáveis a presente concessão e durante todo o prazo de sua vigência, serão reajustadas a cada 12 (doze) meses entrando em vigor no dia 1.º de cada exercício, contados da data de assinatura deste contrato.

6.1. Todavia, em razão da nova Estrutura Tarifária estabelecida pelas Partes, conforme descrito na Cláusula 2 deste instrumento, os reajustes tarifários a serem realizados dentro do prazo supracitado deverão considerar exclusivamente a inflação ou deflação, bem como utilizar a fórmula paramétrica constante no Anexo III, que contempla os pesos dos componentes de custos dos serviços concedidos, definidos no estudo tarifário que fundamenta a revisão, e os índices econômicos mais representativos da variabilidade dos preços destes componentes de forma a proporcionar a remuneração justa e conectada com a realidade dos serviços, em regime de eficiência.

6.2. O cálculo do reajuste das tarifas, além de considerar a fórmula especificada no Anexo III e o Fator de Correção, deverá ainda ser elaborado pela Concessionária e encaminhado para apreciação da ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico, que deverá deliberar.

6.3. Conforme ajustado no item 2.1., a CONCESSIONÁRIA compromete-se a dar ampla e prévia divulgação aos usuários do valor tarifário reajustado, mediante publicação em jornal de grande circulação no Âmbito da Área de Concessão,



observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores a data da entrada em vigor do novo valor da tarifa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

7. Ficam ratificados os demais termos e condições do Contrato de Concessão nº 97/04, que não tenham sido modificados ou conflitem com as disposições deste Segundo Termo Aditivo.

Itapema, 03 de dezembro de 2015.

Concedente:

MUNICÍPIO DE ITAPEMA-SC

RODRIGO COSTA
Prefeito Municipal

Concessionária:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

TESTEMUNHAS

Cesar Menegues
42.329.139/00

Marcos E. do Amaral
SGO. 456.209.84

As presentes assinaturas fazem parte do do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 97/04 entre o Município de Itapema, Estado de Santa Catarina e Companhia Águas de Itapema